

A CONQUISTA DO VOTO FEMININO EM MATO GROSSO

THE CONQUEST OF THE WOMEN VOTE IN MATO GROSSO

Ana Maria Marques¹
Valdirene Felipe da Silva²

RESUMO: O Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, fundado em 1916, foi a primeira agremiação criada e dirigida exclusivamente por mulheres no Estado de Mato Grosso. A revista *A Violeta*, veículo de expressão do grêmio, foi um importante difusor do ideário feminista da época. O objetivo deste trabalho é analisar o movimento sufragista mato-grossense, encabeçado por integrantes do Grêmio Júlia Lopes de Almeida, verificando como se deu o processo de engajamento das mulheres mato-grossenses no contexto das primeiras reivindicações pelo voto feminino e a importância da revista *A Violeta* como veículo comunicador e de construção dessa luta.

Palavras-chave: Voto feminino. Revista *A Violeta*. Mato Grosso.

ABSTRACT: The Literary Guild Júlia Lopes de Almeida, founded in 1916, was the first college founded and run exclusively by women in the State of Mato Grosso. The magazine *A Violeta* vehicle of expression of the guild, was an important disseminator of feminist ideas of the time. The objective of this study is to analyze the suffragette movement of Mato Grosso, headed by members of the guild Júlia Lopes de Almeida, trying to verify how was the process of engaging women in Mato Grosso in the context of the first demands for women's suffrage, and the importance of the magazine *A Violeta* as a vehicle communicator and construction of this struggle.

Keywords: Women's suffrage. *A Violeta* magazine. Mato Grosso (Brazil).

1 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História/UFMT. Doutora em História. anamariamarques.ufmt@gmail.com.

2 Graduada em História pela UFMT em 2011. valdi.s@hotmail.com.

Este trabalho foi adaptado de artigo defendido como trabalho de conclusão de curso orientado pela professora doutora Ana Maria Marques, em dezembro de 2011. O ano coincidia também com a posse da presidenta Dilma Rousseff – uma consagração da trajetória das mulheres nas lutas pela participação efetiva e ocupação representativa e democrática dos espaços públicos e políticos do Brasil. Esse fato representa, também, o reconhecimento da capacidade política e intelectual das mulheres.

Todavia, esse evento histórico tão significativo para o país é resultado de um longo processo de lutas e reivindicações que exigiram empenho e coragem de brasileiras como Leolinda Daltro e Bertha Lutz. A primeira fundou em 1910, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino. A segunda criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, também no Rio de Janeiro. Foi graças à coragem de pioneiras do movimento sufragista como elas que, há 79 anos, a mulher brasileira finalmente conquistou o direito ao voto, com o 1º Código Eleitoral, datado de 24 de fevereiro de 1932 e promulgado durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1933, como resultado dessa vitória, Carlota Pereira de Queirós, representando o Estado de São Paulo, foi eleita a primeira deputada federal do Brasil e da América Latina.

O Decreto nº 21.076, de 1932, que criou a Justiça Eleitoral, estendeu o direito ao pleito feminino, mas ainda assim com algumas restrições, pois podiam votar apenas as mulheres solteiras e viúvas com renda própria e, as casadas, com a autorização do marido. Novos embates foram travados pelas militantes feministas para derrubar tais restrições. Em 1934, com a nova Constituição Federal, esses entraves foram abolidos, mas somente com a Constituição de 1946 foi estabelecida a obrigatoriedade do voto secreto no Brasil, quando as mulheres conquistaram maior espaço no campo da cidadania.



Carlota Pereira de Queiroz discursando na Assembléa Constituinte. Google images.

O MOVIMENTO SUFRAGISTA: HISTORIANDO

O movimento sufragista, organização da sociedade civil que reivindicava o voto feminino, surgiu no final do século XVIII, na esteira da Revolução Francesa, evento histórico que marcou o fim do Antigo Regime e lançou as bases da democracia liberal. É nesse contexto que as ideias que darão as diretrizes do movimento começaram a ser gestadas, através da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges. Líder do feminismo popular da época, Gouges, segundo Itamar de Souza (2003), formulou esse documento na tentativa de ampliar às mulheres o princípio da igualdade jurídica proclamada pela Revolução.

Mas foi na segunda metade do século XIX que o sufragismo se estruturou como movimento social organizado, ganhando projeção universal. As primeiras militantes a se engajarem nesse movimento foram as mulheres da Europa e dos Estados Unidos, que iniciaram uma movimentação em prol da cidadania política. Essas ideias foram difundidas entre as mulheres latino-americanas que aderiram ao movimento. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (1999, p. 40), na América Latina as mulheres chilenas foram pioneiras na luta pelo voto feminino, antecipando-se às europeias. Em 1876, elas aproveitaram

uma brecha na Constituição de seu país, que não deixava explícita a proibição do voto feminino, para requerer seus direitos eleitorais. Apesar de a maioria ter tido seu pedido indeferido, algumas mulheres conseguiram se inscrever. No ano de 1884, o governo chileno instituiu uma lei proibindo taxativamente o voto feminino.

O Brasil vivenciou uma experiência semelhante, pois, assim como no Chile, a Constituição brasileira, vigente desde 1824, não proibia claramente o voto feminino. A ideia da exclusão estava relacionada a uma questão cultural presente num senso comum, justificado pela tradição. Acreditava-se que política não era assunto de mulher e, com base nesse pensamento, os legisladores nem se preocuparam em proibir a participação feminina, visto que as mulheres não tinham sua cidadania reconhecida.

Mesmo assim, algumas delas, valendo-se dessa lacuna constitucional, passaram a lutar por seus direitos, requerendo o alistamento eleitoral. Conseguiram êxito em primeira instância, mas acabaram tendo seu pedido indeferido na esfera federal. Celi Regina Jardim Pinto destaca o exemplo da gaúcha Isabel de Souza Matos, que em 1881 requereu seu alistamento eleitoral com base em uma lei que facultava o direito ao voto dos portadores de títulos científicos. Foi vitoriosa em sua cidade natal, mas teve o direito suspenso quando tentou se alistar no Rio de Janeiro, em 1890 (PINTO, 2003, p. 15).

Uma característica marcante da primeira fase do movimento sufragista foi que a reivindicação pelo direito de votar estava relacionada ao reconhecimento da mulher como cidadã, logo isso implicava também a ampliação do acesso à educação, que por muito tempo foi uma prerrogativa masculina. Até 1827, a educação feminina se limitava à escola básica. Como nos conta Constância Lima Duarte (2005, p. 150), “[...] a maioria dos colégios femininos enfatizava o desenvolvimento de prendas domésticas e se limitava a um ensino superficial da Língua Materna, do Francês e a noções rudimentares das quatro operações”. Além disso, o número de escolas para meninas era muito reduzido, o que, agregado à questão cultural da época, tornava-se um agravante para a restrição do acesso de mulheres às escolas. A educação passou a ser vista como fator fundamental para a emancipação da mulher, visto que muitas militantes defenderam essa bandeira e começaram a fundar instituições educacionais femininas. Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), uma das primeiras feministas do Brasil, fundou em 1838, no Rio de Janeiro, um colégio exclusivamente feminino: o Colégio Augusto. Essa instituição escolar trouxe inovações significativas para a educação de seu tempo ao incluir no currículo do ensino

feminino o estudo do Latim, Francês, Italiano, Inglês, Geografia e História brasileira, e também estabelecer a prática da Educação Física. Nesse colégio ficou estabelecido um número reduzido de alunas por turma, como forma de garantir a qualidade do ensino.

O movimento sufragista brasileiro ganhou projeção, tendo sido discutido na Constituição de 1891, a primeira Constituição republicana do país, contando com o apoio de personalidades ilustres, assim como dos posteriores presidentes Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. O projeto não foi aprovado, mas ao contrário do que ocorreu no Chile, essa Constituição brasileira nunca proibiu explicitamente o voto das mulheres (PINTO, 2003, p. 15-16). No cenário internacional, o movimento sufragista continuou ganhando força. Em 1893, a Nova Zelândia se tornou o primeiro país a conceder o direito ao voto feminino. Em 1902, foi a vez de a Austrália conceder esse direito, seguida pela Finlândia, em 1906, e da Noruega, em 1913, que também reconheceram a cidadania feminina.

É importante lembrar que o século XX foi marcado por um acontecimento que abalou as estruturas das comunidades mundiais e contribuiu para a mudança do lugar social da mulher: a Primeira Guerra Mundial. O professor e cientista político Bruno Konder Comparato afirma que tal evento histórico promoveu uma revolução dos costumes, pois, enquanto os homens partiam para as frentes de batalha, as mulheres deixavam de ter os afazeres domésticos como ocupação principal para assumir funções que, antes, eram exercidas apenas pelos homens. Elas precisaram manter funcionando todos os setores da sociedade e passaram a exercer profissões que até então eram desempenhadas exclusivamente pelo sexo masculino. Com o fim da guerra, não era mais possível as mulheres retornarem à situação anterior, confinadas à esfera privada. As lutas pelos direitos civis e políticos foram tomando força. Alguns países concederam o direito de voto às mulheres, como a Áustria em 1918, a Holanda em 1919, os Estados Unidos em 1920 (COMPARATO, s.d., p. 22), entre outros.

No Brasil, o movimento sufragista também ganhou mais expressão a partir do século XX. Em 23 de dezembro de 1910, Leolinda de Figueiredo Daltro fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, cujo programa defendia, principalmente, a luta pelo direito à cidadania política e a emancipação da mulher. Em 1917, Leolinda Daltro e suas companheiras de partido promoveram uma passeata pelas ruas do centro do Rio que mobilizou cerca de 90 mulheres (SHUMAHER & BRAZIL, 2000), um número modesto, mas sig-

nificativo para a realidade da época. Os pesquisadores acreditam que a grande contribuição do Partido Republicano Feminino foi colocar em evidência as reivindicações femininas daquele momento. Porém, esse partido se extinguiu no final da década de 1910.



Leolinda, ao centro, na passeata de 1917. Fonte: Google images.

Em 1919, Bertha Lutz assumiu a liderança do movimento sufragista brasileiro com a criação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 cedeu lugar à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha de uma enfermeira inglesa e do cientista Adolfo Lutz, e gozou de uma condição privilegiada para a mulher de seu tempo. Segundo Celi Pinto, sua condição específica de pertencer a duas elites ao mesmo tempo, a econômica e a intelectual, definiu sua trajetória na construção dessa liderança. Bertha estudou em Paris, onde se formou em Biologia pela Universidade de Sorbonne, e lá teve contato com as sufragistas francesas (PINTO, 2003, p. 22). Ao retornar ao Brasil, em 1918, passou a organizar as bases do movimento feminista brasileiro.

O Estado do Rio Grande do Norte assumiu o pioneirismo do movimento sufragista brasileiro através da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, que instituiu o voto feminino. Ao elaborar essa lei eleitoral, Juvenal Lamartine, candidato ao governo do Rio Grande do Norte, solicitou ao então governador, José Augusto Bezerra, a inclusão da

emenda das disposições transitórias: “Art. 77 das Disposições Gerais: No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei” (MARMO & LEONARDO, 2011). Muitas mulheres requereram seu alistamento eleitoral. A professora Celina Guimarães Vianna tornou-se a primeira eleitora da América Latina. Naquela unidade federativa foi eleita a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, Alzira Soriano, para a Prefeitura de Lages (RN), em 1928.



Alzira Soriano em seu gabinete no governo de Lages. Fonte: Google images

No Brasil, a segunda metade do século XIX foi marcada por um fenômeno fundamental na difusão dos ideais feministas: o surgimento de diversos periódicos editados por mulheres. O primeiro deles foi *O Jornal das Senhoras* (1852), publicado no Rio de Janeiro e editado por Joana de Paula Manso, que embora tivesse influência conservadora, alertou as mulheres para as suas necessidades e capacidades. Entre outros periódicos destacam-se *O Sexo Feminino* (1873), em Minas Gerais, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, uma destacada lutadora pelo direito de voto e pela abolição da escravatura; *A Mensageira* (1897 a 1900), de São Paulo, dirigido pela poetisa Priscilana Duarte de Almeida, cuja principal mensagem política foi enfatizar a importância do voto feminino (TELES, 1999, p. 33-36).

O MOVIMENTO SUFRAGISTA EM MATO GROSSO

Mato Grosso também se engajou no movimento feminista brasileiro, com a criação do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, em 1916, primeira agremiação criada e dirigida exclusivamente por mulheres no estado. Sua grande expressão foi a revista *A Violeta*, veículo que propiciou um importante intercâmbio cultural, possibilitando a projeção de mulheres mato-grossenses e sua vinculação ao movimento feminista nacional. Por intermédio de artigos veiculados nesse periódico, é possível acompanhar a repercussão do movimento. Ao trazer à baila essas discussões, as mulheres do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida inseriam a mulher mato-grossense no contexto das reivindicações feministas da época.

É importante ressaltar que, sendo um meio de comunicação, *A Violeta* era um instrumento formador de opinião pública e, nesse sentido, as mulheres afiliadas ao Grêmio exerceram sua militância, desenvolvendo uma campanha que visava à elevação intelectual e à conscientização política da mulher mato-grossense, com a finalidade de ampliar os direitos e as áreas de atuação feminina na esfera pública, que no início do século XX limitavam-se ao exercício do magistério.

Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues) discorre sobre o trabalho desempenhado por essas mulheres no interior da revista *A Violeta*, em discurso proferido em 1946, na solenidade de posse da nova diretoria do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, ocasião em que fora eleita vice-presidente da agremiação:

Em 1921, apontando o exemplo da Rainha Elisabeth da Bélgica, que nas eleições de 24 de abril desse ano dava às urnas o primeiro voto de eleitor feminino, concitava a nossa revista, a pretensão desse direito a todas as mulheres brasileiras, tão dignas quanto a rainha belga, de participar como um cidadão, na escolha de seus representantes e dirigentes. E assim todo o passo à frente dado pelo progresso feminino era registrado entusiasticamente nas suas colunas (RODRIGUES, 1946, p. 4-5).

AS MILITANTES SUFRAGISTAS MATO-GROSSEENSES



Maria Dimpina Lobo Duarte (Revista *A Violeta*)

Fonte: NADAF, 2009, p. 63.

Dentre as mulheres do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, uma das que mais se destacaram na defesa dos direitos da mulher e na luta pelo voto feminino foi Maria Dimpina Lobo Duarte. Nascida em Cuiabá, em 15 de maio de 1891, era filha de Francisco de Arruda Lobo e Inocência Almeida. Desde cedo Maria Dimpina entendeu a importância da educação e desta fez o princípio norteador de sua vida. Foi a primeira mulher a ingressar no Liceu Cuiabano – escola pública de ensino secundário – destacando-se dentre os alunos e adquirindo uma rica bagagem cultural advinda dos estudos das línguas grega, latina, inglesa, alemã e francesa. Em 1909, bacharelou-se em Ciências e Letras, com 18 anos de idade.

Como professora, Maria Dimpina deu valorosa contribuição à educação de Mato Grosso. Ao longo de sua carreira docente, exerceu o magistério e esteve à frente de conceituadas instituições de ensino, como o colégio São Luís e a Escola Modelo Barão de Melgaço, pleiteando também a implantação de uma escola doméstica no estado, ambição que conseguiu realizar em novembro de 1946, com a fundação da Escola Doméstica Dona Júlia Lopes de Almeida. Em 1916, participou da fundação do grêmio de mesmo nome, estando à frente da direção e edição da revista *A Violeta*, em várias gestões. Foi a primeira funcionária pública de Mato Grosso (Correios e Telégrafos)

e uma das fundadoras da Federação Mato-Grossense pelo Progresso Feminino, em 1934.

Dunga Rodrigues, em discurso proferido na comemoração ao centenário de nascimento de Maria Dimpina, lembrou sua atuação no Grêmio Literário:

Quando em 1916 fundamos o “Grêmio Júlia Lopes de Almeida”, Maria Dimpina destacou-se logo, como uma das mais assíduas colaboradoras da revista *A Violeta*, porta-voz das aspirações femininas pela educação e aprimoramento cultural da mulher. [...] Na revista *A Violeta* pequena, mas interessante tribuna daquelas aspirações, Maria Dimpina foi assídua e diligente. Com o pseudônimo de Arinapi, ela assinou importantes e bem lançadas crônicas. Na “correspondência de D. Marta” em forma epistolar, que de lindos e salutares conselhos ela prodigalizou a nossa juventude. (RODRIGUES, s.d., p. 2-3).

Maria Dimpina tornou-se um dos pilares do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida e representante das lutas femininas, assumindo a liderança do movimento sufragista mato-grossense. Escreveu, em 1918, um dos primeiros artigos que versa sobre o voto feminino no estado, sob o título: “A mulher brasileira triunfará”, em que discorreu sobre a polêmica discussão acerca da legalização do voto feminino e também defendeu o direito de a mulher trabalhar fora do lar, exercendo outras profissões além do magistério. Em sua argumentação, enfatizou a importância do desenvolvimento intelectual da mulher e posicionou-se favorável ao exercício do voto feminino, embora acreditasse que ainda não era o momento, pois primeiro era preciso que a mulher se educasse politicamente, para, só então, poder exercer, de forma consciente, esse direito.

Maria Dimpina via a educação como único caminho possível para a mulher alcançar sua emancipação material e cultural e, por essa razão, defendia a educação integral da mulher:

Preparemo-nos! Eduquemo-nos! Que a política seja para nós flor que morra em nossos lábios e em nossas mentes firmemos uma ideia que a mulher de qualquer classe social deve educar-se e uma vez preparadas é justo que não sejamos só ou a flor do salão ou a serviçal obrigada, mas gozemos dos privilégios, das regalias do homem, como somos as primeiras a sofrer as suas dores. (DIMPINA, 1918a, p. 4-6).

A repercussão deste artigo incomodou os opositores dos ideais feministas, que temiam que o desenvolvimento intelectual da mulher e o reconhecimento do direito ao voto feminino colocassem em risco a unidade familiar. Por essa razão, questionaram as declarações da autora, inquirindo dela o que seria dos filhos e qual seria o papel do

marido, caso suas proposições se tornassem realidade. Para responder a essas críticas, Maria Dimpina redigiu um novo artigo, sob o título: “Ainda a missão da mulher”, no número 33 da revista *A Violeta*, de 30 de maio de 1918. Em seu texto, argumenta que o exercício do voto feminino não tomaria tanto o tempo da mulher a ponto de comprometer a paz doméstica ou impedir o desempenho da “sua verdadeira missão”, como esposa e mãe. Sobre a profissionalização da mulher, Maria Dimpina esclareceu:

Mesmo a mulher habilitada a ser médica, dentista, farmacêutica, tipógrafa etc., pode deixar de exercer a profissão uma vez que não seja necessário sustentar-se do seu trabalho, uma vez que sua presença no lar, a educação de seus filhos requer a sua atenção toda. [...] A mulher que sabe compenetrar-se de seus deveres, cuida da sua verdadeira missão, exerça qualquer profissão. A riqueza e a pobreza não é motivo para esquivar-se de seus deveres, não é motivo para abandonar as virtudes que enaltecem o seu espírito e enobrecem o seu coração. Mas, como não é justo que a ela só esteja reservada a vida obscura e só possa desempenhar trabalhos rudes, deve, portanto poder utilizar-se de sua inteligência, ganhar o pão, com a mesma facilidade com que os homens quase sempre vivem. (DIMPINA, 1918b, p. 4).

A partir dessas declarações, fica evidente que a autora não tinha a intenção de promover nenhuma revolução nos papéis estabelecidos entre homens e mulheres. Muito ao contrário, extremamente religiosa, mostrava-se avessa às inovações que colocassem em risco a moral e os bons costumes da família. Dimpina (aqui sob o pseudônimo de Arinapi) dizia que queria apenas:

[...] a mulher apta para sustentar-se; útil para si, para a família e para a sociedade; capaz de exercer os seus direitos e transmitir esses poderes como educadora que é; ser mais ou menos conscienciosamente livre, sem prejuízo dos seus deveres sociais e mesmo salvaguardando-os das intempéries advindas da sua pouca experiência. (DIMPINA, 1934, p. 2).

A postura adotada por Maria Dimpina foi uma característica marcante da primeira fase do movimento feminista, quando as militantes não visavam disputar espaços que pareciam “naturalmente” destinados a homens. Elas reivindicavam apenas direitos civis e políticos. Ana Maria Marques, ao analisar o feminismo nas narrativas da revista *A Violeta*, discorre sobre a militância de Dimpina:

Maria Dimpina foi porta-voz de um pensamento feminista de época. As temáticas em voga: a submissão da mulher, a saída do espaço doméstico para o mercado de trabalho, a reivindicação do direito

de votar e, sobretudo, a importância da instrução e da escolarização das mulheres. Esse último ponto era o convergente entre várias correntes na divergência das ideias entre um feminismo mais radical e outro que não visava competir com os homens ou tirá-los dos “seus lugares”, dos quais, no ideário da época, partiam as questões próprias de homens, cuja “natureza feminina” seria incapaz de penetrar. (MARQUES, 2011, p. 4).

De acordo com Otávio Bandeira De Lamônica Freire, o feminismo advogado pelas escritoras da revista *A Violeta* foi caracterizado pela ambiguidade, marcado por avanços e acomodações. Segundo o autor, a escolha da patronesse da agremiação já revelava a postura que seria adotada por essas mulheres. Júlia Lopes de Almeida foi representante de um feminismo ameno, mas inovador à época: “[...] não confrontava as regras estabelecidas, mas procurava delas se servir para ancorar o argumento da autonomia da mulher, como requisito necessário ao desenvolvimento da própria sociedade.” (FREIRE, 2007, p. 22).

Além de Maria Dimpina, outras integrantes do Grêmio Literário se engajaram na militância pelo sufrágio feminino, com destaque para duas personalidades marcantes na história política e cultural de Mato Grosso: Maria de Arruda Müller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues).



Maria de Arruda Müller (1998)

Fonte: Memorial da Justiça Eleitoral Mato-grossense (2011).

Maria de Arruda Müller, assim como Maria Dimpina, foi sócia fundadora do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, atuou igualmente na direção da agremiação, assim como colaborou ativamente

na edição e publicação da revista *A Violeta*. De acordo com a literata Yasmin Jamil Nadaf (1993, p. 61), Maria de Arruda Müller assinava suas produções com os pseudônimos de Mary, Chloé, Vampira, Consuelo, Sara, Lucrécia, Ofélia e Vespertina, além do seu nome real.

Nascida em Cuiabá, em 1898, Maria de Arruda Müller descendia do coronel da Guarda Nacional João Ponce de Arruda e de Adelina Ponce de Arruda. Casou-se em 1919 com o bacharel e interventor do Estado de Mato Grosso durante o Estado Novo, Júlio String Müller, com quem constituiu uma família de sete filhos – um morreu antes de completar 1 ano de idade. Foi a segunda mulher a ingressar na Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 7. Também inscreveu-se nas lides do magistério mato-grossense, lecionando na Escola Normal em Cuiabá e no município de Poconé. Como escritora e poetisa, legou-nos significativa produção intelectual. Durante o período do Estado Novo, ao lado de suas companheiras do Grêmio Literário, exerceu ativamente a militância em prol dos direitos políticos femininos.

Em 1992, ao receber das mãos do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Odiles Freitas Souza, o novo modelo do título eleitoral, Maria de Arruda Müller rememorou a trajetória de luta das mulheres brasileiras e mato-grossenses pela cidadania política:

O movimento feminista no Brasil foi articulado logo após a Revolução de 1930, encabeçado por Bertha Lutz, no Rio de Janeiro, e por Alice Tibiriçá, em São Paulo, criando-se a Associação Brasileira pelo Progresso Feminino [...]. Aqui em Mato Grosso, o jornalista Estácio Trindade procurou o Grêmio Júlia Lopes, do qual, na ocasião, era eu a presidente, para liderar a campanha feminista no Estado. Iniciamos os alistamentos da mulher cuiabana pelos bairros e distritos da Capital e já, na primeira eleição, em 1935, apareceram muitas votantes. Sou, portanto, uma parcela responsável no voto pelo sufrágio da mulher brasileira e por isso sinto-me obrigada a exercer esse direito, que é dever, enquanto restar-me o alento necessário. Se Deus permitir, se for essa a Sua vontade, votarei nas próximas eleições de 3 de outubro. (Livro de registro das atas das sessões plenárias do TRE-MT, 3 de setembro de 1992, fls. 73-73v. In: SIQUEIRA, 2005, p. 671- 672).

Maria de Arruda Müller considerava o início do movimento a partir da sua institucionalização na forma de associação e agremiação.



Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues)

Fonte: *Diário de Cuiabá* (2000) – foto de José Luiz Medeiros.

Maria Benedita Deschamps Rodrigues nasceu em Cuiabá, no dia 16 de julho de 1908, filha de Firmo José Rodrigues e Maria Rita Deschamps Rodrigues. Estudou as primeiras letras no Asilo Santa Rita, instituição liderada pelas irmãs francesas de Notre Dame de Lourdes. Depois, o 4º e o 5º ano na Escola Modelo Barão de Melgaço, uma das mais tradicionais da capital mato-grossense na época. O secundário foi cursado no Liceu Cuiabano, sendo que o técnico na Escola de Economia e Comércio. Fez curso superior de Música no Conservatório de Música do Rio de Janeiro. Estudou, num período de cinco anos consecutivos e particularmente, Linguística Portuguesa e Francesa com o professor Antônio Cesário de Figueiredo Neto.

Lecionou Francês na Escola Técnica Federal de Mato Grosso (atual IFMT), Fundamentos Sociais na Comunidade e no Trabalho, no SESC, SENAC, Clube Feminino e Clube Dom Bosco e nos cursos ministrados para a Polícia Rodoviária. Lecionou Música em casa, no Conservatório Mato-grossense de Música, e também no Conservatório Musical de Mato Grosso. Foi membro efetivo da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Dunga Rodrigues ganhou projeção como musicista. Embora tenha declarado não se considerar pianista, alcançou notoriedade e reconhe-

cimento a ponto de ser escolhida como patronesse do Conservatório Musical de Mato Grosso, que recebe seu nome.

Além do reconhecimento pelo talento musical, Dunga Rodrigues é considerada, por muitos pesquisadores e historiadores, um ícone da cultura mato-grossense, pois realizou um importante trabalho na preservação da memória regional:

Seu amor pela terra natal, Cuiabá, foi o grande mote de sua produção intelectual, pois temia que a riqueza da cultura herdada por mais de dois séculos pudesse ser esquecida, ou melhor, relegada a segundo plano frente ao intenso e vigoroso movimento migratório desencadeado em direção a Mato Grosso, especialmente pós-1970 [...]. Nessa medida, Dunga resolveu, após a citada década, empenhar-se, árdua e vigorosamente, num trabalho que objetivou deixar escrita a contribuição cultural de Mato Grosso. (SIQUEIRA, 2002, p. 22).

No tocante a sua atuação na luta pelo voto feminino, Dunga marcou sua participação na história do movimento sufragista mato-grossense realizando um importante trabalho de retaguarda. Para assegurar a vitória do movimento feminista brasileiro, alcançada com a conquista do voto feminino, Dunga e suas amigas Ana Emília Peixoto de Azevedo e Célia Nunes de Barros empenharam-se na organização da Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral.

Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral

A manhã do dia 1º de maio de 1934 foi um dia memorável para a história do sufragismo mato-grossense, quando se reuniu, no Salão Nobre do Palácio da Instrução, um grupo de distintas senhoras e ilustres representantes da sociedade cuiabana que abraçavam a ideia lançada pelas senhorinhas Maria Benedita Deschamps Rodrigues, Ana Emília Peixoto de Azevedo e Célia Nunes de Barros de criar uma associação voltada para a conscientização política da mulher. Assim, nascia a Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral.

Titulo de Eleitor de Dunga Rodrigues. Arquivo da Casa Barão de Melgaço. Acervo Família Rodrigues. Código DP 15./IHGMT.

Para conduzir os trabalhos, foi composta uma mesa diretora constituída por Adelina Ponce de Arruda, Gertrudes M. Ribeiro, Ecila de Arruda Pimenta e Nilza Verlangieri de Barros, além dos doutores Palmyro Pimenta, Alfeu R. Martins e Olegário M. de Barros e o professor Philogônio Corrêa. A reunião contou com a presença da engenheira Lydia Moura, alta funcionária do serviço de meteorologia, incumbida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da fundação de suas filiais em Mato Grosso. Lydia Moura discorreu sobre o programa da instituição que representava, cujos fins convergiam em muitos pontos com os da associação que ali se instalava.

Na ocasião, o professor Philogônio Corrêa reforçou que não se encontravam ali para fundar um partido político, o que significaria desvirtuar os propósitos para os quais a associação estava sendo criada, e, sim, para incentivar os trabalhos de alistamento eleitoral através da conscientização do elemento feminino para suas novas responsabilidades cívicas e a defesa do ideal de Mato Grosso unido, pelo qual todos os integrantes daquela associação se congregavam.

Feitas as considerações, o professor listou as ações propostas à congregação:

- a) Promover a fundação de uma Liga com o intuito de intensificar o alistamento, principalmente das representantes do sexo feminino;
- b) Escolher uma Comissão diretora da associação e outras comissões auxiliares da propaganda;
- c) Estabelecer escritórios, em pontos apropriados, para orientação e encaminhamento dos trabalhos;
- d) Organizar comissões de propaganda do alistamento para os diversos bairros da capital matogrossense;
- e) Conseguir dos senhores fotógrafos, preços especialmente cômodos para os seus trabalhos;
- f) Conseguir a publicação, nos órgãos da nossa imprensa, da matéria referente ao trabalho de alistamento;
- g) Promover o transporte dos candidatos a eleitores dos lugares de suas residências para as sedes de alistamento e de caravanas de propaganda para os diversos núcleos povoados;
- h) Fundar um caixa da associação para o custeio das despesas necessárias;
- i) Promover subscrições e festividades em benefício da caixa da associação. (*Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 44, 3 maio 1934).

O mesmo documento acima citado registra a deliberação da composição da diretoria provisória: dez membros, cinco do sexo feminino e cinco do masculino; a nominata foi a seguinte: senhoras Adelina Ponce de Arruda, Maria Dimpina Lobo Duarte e Domingas de Castro e Silva; senhoritas Maria Benedita Deschamps Rodrigues e Anna Emília Peixoto de Azevedo; pelo senhor professor Philogônio de Paula Corrêa, doutores João Ponce de Arruda, Firmo José Rodrigues, Olegário Moreira de Barros e Gabriel Martiniano Corrêa de Araujo. Finalizando os trabalhos, o professor Philogônio Corrêa comunicou que as livrarias e papelarias de Cuiabá haviam oferecido, para os trabalhos de expediente, papel, canetas, lápis, pena e tinta, e que o senhor Nicola Molinari, proprietário do acreditado Café Sargentini, havia colocado à disposição da diretoria da Liga, para a instalação, no seu escritório central, a sala daquele café que confinava com o edifício da Câmara Municipal.

Dessa forma iniciaram-se os serviços de alistamento em Cuiabá e regiões circunvizinhas. De acordo com Firmo José Rodrigues, foi notável o entusiasmo com o qual as mulheres da Liga abraçaram a causa. Para auxiliar o serviço de alistamento, foram designadas diversas senhoras que diariamente realizavam expediente nos cartórios da capital. O escritório da Liga funcionava na Rua Senador Metello, nº 122, diariamente no horário das 15h às 17h30. Dunga Rodrigues registrou que o maior desafio da Liga foi vencer a resistência de senhorinhas e mesmo de matronas de revelar em público a verdadeira idade, e afirma com uma pitada de humor:

Muitas candidatas (sic) desistiram da honra de ser cidadã eleitora, porque o Tribunal Eleitoral publicava diariamente os nomes dos indivíduos alistados, revelavam ao público suas verdadeiras idades pelas colunas da *Gazeta Oficial*! Publicar a idade de uma senhorinha! Que desastre!... (RODRIGUES, 1959, p. 149-150).

Apesar desse fato inusitado, que revela uma certa hesitação ao expor a privacidade, os trabalhos da Liga continuaram a crescer e a mobilizar um público cada vez maior, recebendo apoio de cidades municipais, como foi o caso de Santo Antonio do Rio Abaixo (Santo Antonio do Leverger), que fundou uma filial da Liga Feminina na região. Conforme o jornal *Folha do Norte*³, a sessão inaugural ocorreu no dia 6 de maio de 1934, às 16 h, no edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Rio Abaixo. Presidiu a cerimônia a senhora Edina de Moura Ferraz, secretariada pela senhorita Ponciana Torres, e usaram da palavra, sucessivamente, os senhores: doutor Olegário de Barros, Augusto Ribeiro Filho, Tolentino de Almeida e a senhorita Benedicta de Arruda, congratulando-se com a iniciativa patriótica da mulher mato-grossense. Em seguida foi eleita a comissão que ficou encarregada dos destinos da associação, sendo aclamados os seguintes nomes propostos pelo senhor Tolentino de Almeida: Anna de Carvalho Barros, Edina Moura Ferraz, Rosa Nunes de Figueiredo, Agostinha de Amorim e Anália Ribeiro. Essa comissão faria a escolha das subcomissões e dos auxiliares incumbidos da propaganda nos outros pontos do município.

Os meios de comunicação noticiavam o sucesso da campanha desempenhada pela Liga Feminina, que em poucos meses conseguiu arregimentar um grande contingente de eleitoras.

3 *Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 45, 17 maio 1934.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi analisar o processo de engajamento das mulheres mato-grossenses ao movimento feminista no início do século XX, que teve como principal bandeira a reivindicação pelo voto feminino. O ingresso dessas mulheres nesse importante evento histórico somente foi possível com a criação do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, em 1916, na cidade de Cuiabá. Essa agremiação foi o elemento propugnador do movimento feminista no estado.

A revista *A Violeta*, periódico lançado pelo grêmio literário, possibilitou a vinculação de mulheres mato-grossenses ao movimento sufragista nacional, servindo de tribuna para as aspirações femininas e configurando-se no principal instrumento difusor do ideário feminista da época. Ao trazer à baila essas discussões, as militantes do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida inseriram a mulher mato-grossense no contexto das reivindicações feministas da época. Por meio dos artigos veiculados nas colunas desse periódico, objetivava-se despertar o interesse das mulheres mato-grossenses por sua cidadania política e incentivá-las na luta por seus direitos civis.

Essa luta não terminou com a legalização do voto feminino em 1932. Ao contrário, as sufragistas mato-grossenses adotaram medidas para consolidar essa vitória, a exemplo do trabalho da Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral, criada em 1934. A militância, todavia, transcende a questão do feminino e, em alguns momentos, assume uma dimensão mais ampla, a exemplo do que ocorre quando, para defender a integridade territorial do seu estado, mulheres unem forças com homens para combater o movimento divisionista desencadeado pelas oligarquias no sul de Mato Grosso. Em 1934, momento da elaboração da nova Carta Constitucional brasileira, as elites políticas de Campo Grande iniciaram uma campanha em prol de sua autonomia política e territorial em relação a Cuiabá. A sociedade cuiabana se organizou contra esse movimento e um dos instrumentos utilizados foi a Liga Feminina Pró-alistamento Eleitoral, que além de assegurar a cidadania feminina, conclamava as mulheres para unirem forças com os homens em prol da unidade territorial de Mato Grosso.

Registrar e rememorar a trajetória de luta dessas mulheres é consagrar a participação de Mato Grosso na história do sufragismo, é demonstrar que as mulheres mato-grossenses também participaram desse movimento nacional e internacional pela cidadania feminina que, quase oito décadas depois, culminou com a eleição da primeira presidenta do país – um marco na história do Brasil e na luta pela

igualdade de direitos.

FONTES DOCUMENTAIS

Caderno contendo texto discorrendo sobre o Estado Novo e o papel das mulheres mato-grossenses; outro registro sobre os 225 anos de Cuiabá. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 13. Cuiabá, década de 1940.

Caderno contendo um texto intitulado “Página de diário” e comentários ligeiros sobre Maria Dimpina Lobo Duarte, sobre Guilhermina. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 218. Cuiabá, s.d.

Caderno pertencente ao aluno H. Vieira, que serviu para anotações das aulas particulares de Matemática, provavelmente ministradas por Firmo Rodrigues. Contendo o texto, sem título, referente à projeção da mulher mato-grossense durante o Estado Novo, especialmente por ocasião da constituição da Liga Feminina Pró-alistamento eleitoral, encabeçada por sua filha Dunga Rodrigues. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues.

DIMPINA, Maria. A mulher brasileira triunfará. *A Violeta*, Cuiabá, ano II, n. 31, 1918a.

_____. Ainda minha missão de mulher. *A Violeta*, Cuiabá, ano II, n 33, 30 maio 1918b.

_____. À mulher. *A Violeta*, Cuiabá, ano 18, n. 218, out. 1934.

Discurso proferido por ocasião da homenagem a Maria Dimpina Lobo Duarte, realizada no Colégio Coração de Jesus. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues.

Discurso pronunciado possivelmente pela titular, por ocasião da posse da nova diretoria do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida. Cujá presidente eleita foi Maria de Lourdes de Oliveira, sendo a titular a vice-presidente. Acervo Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 279. Cuiabá, 1946.

Jornal *A Cruz*, Cuiabá, ano XXIV, n. 1.132, 13 maio 1934.

Jornal Constitucional, Cuiabá, n. 42, 13 maio 1934.

Jornal *Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 44, 3 maio 1934.

Jornal *Folha do Norte*, Cuiabá, ano II, n. 45, 17 maio 1934.

Jornal *Gazeta Oficial*, Cuiabá, ano XLV – 46 da República, n 6.729, 15 maio 1934. p. 5.

Livro manuscrito contendo escritos sobre o Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida, por ocasião da comemoração dos 30 anos do direito feminino ao voto. Acervo da Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues – PI 03. Cuiabá, década de 1930.

REFERÊNCIAS

- COMPARATO, Bruno Konder. As donas da casa, *Desvendando a História*, São Paulo, ano 2, n. 10, s. d.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs.). *Mulheres e família no Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.
- FREIRE, Otávio Bandeira De Lamônica. *Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2007.
- MARMO, Ana Carolina; LEONARDO, Patrícia Xavier (Estagiárias da Área de Arquivos Históricos do CMU). *Adolfo Gordo e Bertha Lutz: A luta pelo voto feminino*. Disponível em: <www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/content/uploads/arquivos/pdf/votofem>. Acessado em: 28/8/2011.
- MARQUES, Ana Maria. O feminismo nas narrativas de mulheres da revista *A Violeta* – Cuiabá: 1916-1950. *Territórios e Fronteiras*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2011.
- NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Tributo a Dunga Rodrigues*. Cuiabá: Carrión & Carracedo, 2002.
- _____. *Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 130 anos*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- SOUZA, Itamar. A Mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. In: *Revista da FARN*, Natala, v. 2. jan./jul. 2003.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.